

**ACTA NÚMERO SETE**

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE TAVIRA, REALIZADA NO DIA  
OITO DE NOVEMBRO DO ANO DOIS MIL E  
DEZ \_\_\_\_\_

----Aos oito dias do mês de Novembro do ano dois mil e dez reuniu na Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Tavira, com a seguinte Ordem de Trabalhos: \_\_\_\_\_

1. Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a actividade municipal; \_\_\_\_\_
2. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 181/2010/CM, referente à Taxa Municipal de Direitos de Passagem; \_\_\_\_\_
3. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 190/2010/CM, referente à E65/09/CP – Empreitada de Construção do Centro Escolar da Horta do Carmo (EB + JI) – Tavira – 2º Relatório Final; \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia Municipal, José Otilio Pires Baia declarou aberta a Sessão pelas vinte e uma horas e dez minutos. \_\_\_\_\_

----Pelo Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, João Pedro da Conceição Rodrigues, foi efectuada a chamada, tendo-se registado presentes os Membros, Alberto Custódio Fernandes do Carmo, Ana Isabel Franco de Mendonça Viegas, Carlos Alberto Pires Rodrigues, Dulce Cláudio Paixão Bernardo, Elisabete Miguel Parra Rocha, Filipe Vasques do Nascimento Neto Lopes, Hélder dos Mártires Palma da Conceição, Jaime Luís Fernandes Costa, Jean-Pierre Patrick Rancher, João Pedro da Conceição Rodrigues, Joaquim da Conceição Messias Santos, Joaquim José Brandão Pires, Jorge Francisco Silva, José Alberto Godinho Correia, José Manuel Baptista do Carmo, José Otilio Pires Baia, José Vitorino Rodrigues Pereira, Leonardo António Gonçalves Martins, Maria Isabel Pires Cruz dos Santos, Muriel Cristina Dias, Nuno Miguel Pereira da Silva Encarnação, Pedro Manuel do Nascimento, Rui Manuel Rocha Horta, Sidónio Manuel Gonçalves Barão, Sílvia Alexandra Sanches Soares, Teresa Maria Pacheco Sequeira e Vítor Manuel Rijo Faleiro. \_\_\_\_\_

----O Membro Paulo Renato Faleiro Silva faltou à Sessão. \_\_\_\_\_

----Os Membros José Epifânio Martins da Graça, Filipa Alexandra Costa Lourenço, Fernando Augusto Pereira solicitaram a substituição à sessão tendo sido substituídos pelos Membros Jaime Luís Fernandes Costa, Ana Celina Caetano Dias substituída por Nuno

Miguel Pereira da Silva Encarnação, Aurélio de Jesus Domingos Cavaco substituído por Ana Viegas Franco de Mendonça Viegas, respectivamente. \_\_\_\_\_

----Solicitou, ainda, a substituição o Presidente da Freguesia de Santiago, Membro José Mateus Domingos Costa tendo sido substituído pela representante da respectiva Freguesia, a Membro Teresa Maria Pacheco Sequeira. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Freguesia de Cabanas de Tavira, Carlos Manuel do Livramento Batista faltou à Sessão tendo apresentado a respectiva justificação. \_\_\_\_\_

----Foi oferecido, a todos os Membros da Assembleia um livro com o título “*A 1ª. República em Tavira. Transformações e Continuidades*” edição da Câmara Municipal de Tavira. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia Municipal abriu a Sessão informando que tinha chegado à mesa, nesse momento, pedido da bancada do Partido Socialista para a apresentação antes do período antes da ordem do dia, de duas moções, pelo que passou a palavra ao Membro Brandão Pires. \_\_\_\_\_

----O Membro Brandão Pires disse que poderia distribuí-las e que o colega de bancada, José Alberto Correia, iria apresentar uma delas, apresentando ele próprio a outra. Distribuindo as duas moções, informou que uma delas ia no sentido de reforçar a posição já assumida pelos Municípios, em sede da GAMAL – Grande Área Metropolitana do Algarve, do Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal do Algarve, e que se referia à introdução das portagens na Via do Infante. Continuou informando que os Municípios tinham tomado uma posição, assumido um compromisso, no sentido de que tal só poderia vir a ocorrer tendo como pressuposto a conclusão da qualificação da Estrada Nacional 125. O que estava em causa e parecia de difícil resolução era serem recebidos pelo Senhor Primeiro Ministro a fim de manifestarem a posição dos Autarcas algarvios, bem como, tentar mostrar o que a economia da região podia perder em termos de competitividade, nomeadamente, face aos vizinhos espanhóis, pela adopção dessa medida que não traria assim tantos benefícios. \_\_\_\_\_

----O Membro José Alberto Correia disse que apresentavam uma moção de pesar pelo falecimento do Senhor Engenheiro Luís Távora que tinha sido, como certamente era do conhecimento dos presentes, o último Presidente de Câmara do Estado Novo e que tinha desempenhado variadíssimas funções em Tavira e no Concelho. Acrescentou ainda, que a moção tinha sido proposta pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Tavira pela relevância das funções que este conterrâneo havia exercido. \_\_\_\_\_

----Terminou, informando que a moção seria no sentido da Assembleia Municipal de Tavira deliberar em relação ao seu falecimento e apresentar aos seus familiares as mais sentidas condolências. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia disse que tinham entrado as duas moções e que já tinham sido distribuídas, pelo que, iria considerar a moção relativa às Scuts como a primeira, sendo a segunda o voto de pesar pelo falecimento do Eng. Luís Távora. Assim, ia colocar em discussão a primeira moção, passando a palavra ao Membro Brandão Pires. \_\_\_\_\_

---O Membro Brandão Pires leu a moção: \_\_\_\_\_

---“*Plenamente conscientes da difícil situação económica, financeira e social do País, e particularmente da região do Algarve, os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Tavira manifestam a sua total solidariedade com a posição oportunamente assumida pelos autarcas algarvios, em sede de Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal do Algarve. Não aceitando a introdução imediata ou a médio prazo de portagens na Via do Infante, reforçamos o apelo ao Governo para receber em audiência os legítimos representantes dos Municípios do Algarve e para aceitar o pedido de adiamento da sua implementação em concreto até à conclusão das obras de requalificação da Estrada Nacional 125. Neste sentido, considerando o contexto acima exposto e o historial de compromissos assumidos com os algarvios, propomos que a Assembleia Municipal de Tavira delibere reforçar o pedido de audiência formulado ao Governo.*” \_\_\_\_\_

---Tendo o Membro José Manuel do Carmo solicitado a palavra e sido autorizado pelo Presidente da Assembleia, disse que a última frase da moção é que era a fatal pois, na verdade, a moção vinha simplesmente reforçar o pedido de audiência e que estavam ali a aprovar apenas e fundamentalmente, uma moção para pedir uma audiência ao Governo enquanto o essencial da questão era a Via do Infante. \_\_\_\_\_

---Acrescentou, ainda, que não era claro que a GAMAL tivesse feito esse pedido pois o mesmo resultava, obviamente, do entendimento prático e concreto dos dois pontos de vista dos partidos maioritários, tanto Partido Social Democrata como Partido Socialista, quanto a essa questão que devia de ser a não aplicação de portagens, e não apenas a sua não aplicação até que a Estrada Nacional 125 estivesse concluída, o que na sua perspectiva, era um mal menor. Na verdade o que os algarvios tinham vindo a reivindicar era que a Via do Infante não deveria ser portajada. \_\_\_\_\_

---Na sua opinião tal representava um recuo e era uma posição errada pois a Via do Infante não devia ser portajada porque, efectivamente, era uma estrada que não funcionava exactamente como uma auto-estrada normal, já que na verdade era uma estrada de circulação, uma estrada circular, inter-regional pois funcionava como uma estrada de ligação entre as cidades algarvias servindo para transitar de uma cidade para outra pois, mesmo quem fosse, por exemplo de Tavira para Faro, passando por outra cidade como Olhão, não deixava de usar a Via do Infante. Assim não podia ser

considerada uma auto-estrada mas sim uma via circular. \_\_\_\_\_

---Dado a região ter uma forma estranha, ser uma região comprida, esticada, ao contrário de outros locais onde era redonda, funcionava como uma via de acesso às várias cidades da região, não sendo, na verdade, uma auto-estrada mas uma via circular externa no Algarve que permitia a circulação interna na região não podendo ser comparada com a estrada que ia daqui para Lisboa, ou para Beja ou qualquer outro sitio. Na sua opinião não fazia sentido, mesmo do ponto de vista da população residente, que ela fosse portajada, como não fazia sentido, também do ponto de vista da economia externa, pois era um instrumento importante de acessibilidade dos espanhóis ao turismo e à oferta turística da região que, mesmo com a Estrada Nacional 125 requalificada, e esperava que quando falavam em requalificação soubessem exactamente como era o seu projecto de requalificação, dado que este parecia um mito “a requalificação”, que na verdade era apenas alguma melhoria que poderia passar por alguma facilitação da circulação nos centros urbanos, mas na verdade, ela não iria diminuir a intensidade nem aumentar a capacidade de escoamento actual pois os projectos existentes não aumentavam significativamente o escoamento do tráfego, sobretudo se fossem consideradas as zonas de maior peso como Faro, Albufeira, Portimão, o barlavento algarvio, em que a Estrada Nacional 125 não iria claramente trazer o escoamento necessário para que pudesse ser usada como um a via normal de acessibilidade para quem se deslocasse de uma cidade para a cidade vizinha. \_\_\_\_\_

---Continuou, citando como exemplo, se os membros se quisessem deslocar de Tavira para Vila Real de Santo António pela Estrada Nacional 125 percebiam que a determinada altura ela tinha sido roubada pois, actualmente, não chegava até lá. Tal tinha sido resultado de um esforço de qualificação que a tinha piorado em termos de acessibilidade rápida a um centro urbano passando a ser uma avenida. \_\_\_\_\_

---Era, pois, uma ilusão, e sabia que iriam votar a favor daquela moção, mas não podia deixar de votar contra, não por não concordar que se quisesse como uma espécie de tacto, se pudesse pedir ao Governo que reconsiderasse até que a Estrada Nacional 125 estivesse pronta para depois voltarem ao assunto, mas se o fizessem estariam comprometidos com a própria decisão, ou seja, se dentro de uns meses, um ano ou dois quisessem dizer que queriam ter uma Via do Infante não portajada, estavam comprometidos com a própria aceitação do facto. \_\_\_\_\_

---Acrescentou que a Via do Infante não devia ser portajada e esse era o sentimento dos algarvios, o sentido de muitas moções que tinham sido aprovadas noutras Assembleias Municipais por mão de outros partidos, nomeadamente, pela Coligação Democrática

Unitária e a moção ora proposta era um retrocesso pois estavam a dizer ao Governo que queriam aquilo que o Governo queria que dissessem relativamente à Via do Infante. \_\_\_\_\_

----Concluiu que a moção apenas pedia uma audiência e tendo-se questionado se seria necessária uma moção de uma Assembleia Municipal para solicitar uma audiência ao Primeiro Ministro, disse que votaria contra pois ela não acrescentava nada em relação ao problema, constituindo, na sua opinião, até um retrocesso, um recuo. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia indagou se mais alguém queria intervir e tendo o Membro Rui Horta manifestado a sua intenção, passou-lhe a palavra. \_\_\_\_\_

----O Membro Rui Horta iniciou a sua intervenção dizendo que apenas queria fazer três ou quatro considerações sobre o tema. \_\_\_\_\_

----Em relação ao conteúdo do documento, disse que lhe parecia bem sendo certo que era centralizado, que o seu objectivo estava no último parágrafo onde era pedida a reunião com o Governo, com o Primeiro-Ministro. Porém, e achando que não lhe competia defender o documento em si, quem o tinha elaborado e todos tinham conhecimento, sabia o que estava a fazer, o referido parágrafo não podia ser desgarrado de tudo o que vinha atrás escrito e percebia-se pelo texto anterior qual era o objectivo dessa reunião. \_\_\_\_\_

----Acrescentou que, quanto ao se concordar ou não com a aplicação de portagens, os diversos partidos no Algarve tinham mais ou menos o seu entendimento. A nível do Algarve, o Partido Social-Democrata, a antiga AMAL e o novo organismo já se tinham pronunciado sobre este assunto. \_\_\_\_\_

----Pessoalmente, achava que se deviam pagar portagens, porém, esse seria um assunto que daria um debate muito prolongado, no entanto, o que não faltava por toda a Europa eram regiões turísticas onde existiam portagens pagas, tal como na vizinha Espanha onde existia turismo a sério, começando em Gerez de La Frontera, Cadiz, Málaga, Barcelona, Costa Del Plata, Costa De La Luz até França onde tudo era pago e as pessoas pagavam e sem se incomodarem muito. \_\_\_\_\_

---Disse ainda, que de qualquer modo concordava com o documento e que, o que havia dito era uma posição pessoal pois pensava que não se deveriam criar divisões no País já que no Norte e numa boa parte da zona Centro já estavam aplicados os pagamentos das portagens. Considerando que ou não pagava ninguém ou pagavam todos, a asneira estava, talvez, ao nível do método que teria que ser corrigido. \_\_\_\_\_

----Concordava que o arranjo, dado a conhecer, da Estrada Nacional 125 tinha mais a ver com questões técnicas e de segurança, porque a Estrada Nacional 125 não se podia alargar já que estava condicionada entre ruas, entre casas e, por consequência, não iria permitir aumentos de velocidade e de escoamento de trânsito, o que achava positivo pois

se a circulação fosse mais lenta menor probabilidade de acidentes existia. \_\_\_\_\_

---A indicação que dava à bancada do Partido Social-Democrata era no sentido de apoiarem o documento salvaguardando o facto de todos os membros do Partido Social Democrático serem livres de votar como entenderem, porém, enquanto responsável pela bancada dava indicações no sentido favorável. \_\_\_\_\_

---O Membro Brandão Pires disse que estava a ouvir o Membro José Manuel do Carmo com o qual concordava, embora também concordasse com o que havia sido dito pelo Membro Rui Horta, pois o segundo parágrafo referia-se precisamente à não aceitação da introdução, imediata ou a médio prazo, de portagens na Via do Infante, contudo, caso deixasse o Membro do Bloco de Esquerda mais tranquilo, que estaria com vontade de votar favoravelmente a moção, poderiam alterá-la no sentido de contemplar o que também queriam dizer e que era não às portagens. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente da Câmara que informou que a posição da GAMAL era clara sobre a matéria e pensava que o que tinha ouvido ali podia ser traduzido na reformulação do terceiro parágrafo de modo a haver uma posição de consenso que agradasse a todos. Daquilo que tinha visto e do que conhecia do texto, achava que tanto o primeiro como o segundo parágrafos estavam bem, pois de facto numa reunião da GAMAL e por sugestão de um Presidente de Câmara, que tinha sido aceite, tinha sido pedida uma reunião ao Primeiro Ministro que remeteu para o Secretário de Estado. \_\_\_\_\_

---Nesse mesmo dia, tinha havido nova reunião da GAMAL de onde tinha resultado a insistência para que não fossem ouvidos pelo Secretário do Estado mas sim pelo Primeiro-Ministro, o que se reflectia no teor da moção. Parecia-lhe ainda, que a posição da GAMAL era bastante conhecida, cuja unanimidade se tinha verificado em duas posições de proa, não aceitando, a curto ou médio prazo, a introdução de portagens na Via do Infante enquanto a Estrada Nacional 125 continuasse a ser uma rua, o que também constava do documento ora em debate. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara acrescentou que já havia dito inúmeras vezes que não aceitar a introdução de portagens na Via do Infante era uma posição de princípio e que era isso que pretendiam explicar ao Primeiro-Ministro. Obviamente que também estavam subjacentes as questões económicas, de desenvolvimento regional e mais um conjunto de questões, mas parecia-lhe que a posição era compatível e não pensava que ficasse mal dizer no terceiro parágrafo que a posição de princípio tinha sido essa, a de não aceitar a introdução de portagens na Via do Infante enquanto a Estrada Nacional 125 continuasse a ser uma rua. Acrescentou que essa era uma nuance, que constituía o esclarecimento já constante

do segundo parágrafo sendo o terceiro parágrafo a conclusão, pelo que, pensava que o documento atingia plenamente o fim a que se propunha e manifestava a vontade da Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_

----Parecia-lhe ainda, que a questão das portagens da Via do Infante ir-se-ia colocar a muito curto prazo pois a GAMAL tinha optado por uma determinada forma de intervenção que na sua opinião era a mais correcta, mas onde haviam muitos pontos que não estavam esclarecidos, pelo que, tinham preferido esgotar a via institucional pois era o que deviam fazer e só depois se veria o que iria acontecer. Terminou dizendo que a posição dos Autarcas era conhecida por todos. \_\_\_\_\_

----O Membro Brandão Pires disse que colocava também às restantes bancadas a reformulação do último parágrafo onde passaria a constar após *“delibere”* um primeiro ponto, *“não aceitar a introdução imediata ou a médio prazo de portagens na Via do Infante pelo menos até à conclusão das obras de requalificação da Estrada Nacional 125”* e um segundo, *“reforçar o pedido de audiência formulado ao Governo”*. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara acrescentou que a posição dos Autarcas até era a de verificar se quando ocorresse a intervenção na Estrada Nacional 125, esta constituía um parâmetro para ser uma estrada aceitável, o que supunha que ia ao encontro das aspirações de todos. \_\_\_\_\_

----O Membro Brandão Pires disse que a moção seria modificada nesse sentido e que faria chegar o documento com a respectiva alteração. O terceiro parágrafo ficaria: *“delibere: 1 – não aceitar a introdução imediata de portagens na Via do Infante pelo menos até à conclusão das obras da Estrada Nacional 125; 2 – reforçar o pedido de audiência formulado ao Governo”*. Concluiu dizendo que pensava que deste modo iria ao encontro das aspirações do Membro José Manuel do Carmo. \_\_\_\_\_

----Em resposta, o Membro José Manuel do Carmo informou que não ia mas que não seria nenhum drama haver quem concordasse e quem não concordasse, que existiam sempre diferentes posições. \_\_\_\_\_

----Acrescentou que o Bloco de Esquerda era claramente contrário à introdução, no momento actual, de portagens na Via do Infante, pois achavam que era um erro político e um erro contrário ao desenvolvimento económico da região, constituindo assim, um obstáculo às questões económicas. O Bloco de Esquerda podia até ser favorável à existência de portagens nalgumas auto-estradas, nomeadamente, a Via do Infante, mas para que tal acontecesse tinha que ser articulado com a existência de outras alternativas ao transporte automóvel que os cidadãos tinham que usar para se deslocarem para os seus trabalhos. Não estava desenvolvido qualquer projecto de mobilidade no Algarve, a via

férrea era, como todos conheciam, um caos, a inexistência de alternativas e de modelo de deslocação baseado nos transportes públicos era evidente e, portanto, não havendo, a Via do Infante era efectivamente, o resultado de uma politica de vinte anos de existência de investimento na promoção do transporte individual, das pessoas e das empresas, pelo que, não fazia sentido que fossem aplicadas portagens no que tinham andado a incentivar durante vinte anos. \_\_\_\_\_

----A existência de alternativas constituía uma condição para que pudessem haver portagens nas auto-estradas o que não acontecia no actual momento, pelo que, o Bloco de Esquerda era contra a introdução de portagens na Via do Infante e não era apenas em função da Estrada Nacional 125 estar ou não recauchutada, dado que não iria introduzir um aumento de fluxo de trânsito não se tratando de velocidades de ponta usadas pelas pessoas, e não constituindo uma melhoria nesse aspecto. \_\_\_\_\_

----Para concluir, disse que a Via do Infante era absolutamente necessária para quem viajava de uma cidade para uma cidade alternativa, para a cidade seguinte, pelo que não devia ser portajada sendo essa a política dos Governos. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia disse que já todos tinham percebido qual era a posição do Bloco de Esquerda, porém, não era o que estavam a discutir, estando apenas a discutir a moção. \_\_\_\_\_

----Colocou a mesma à votação tendo a sido aprovada por maioria com vinte e sete votos a favor e um voto contra. \_\_\_\_\_

----Informou que iriam passar à segunda moção referente ao voto de pesar e indagou se alguém se queria pronunciar. Solicitou ao Membro José Alberto que à semelhança da primeira moção, a lesse. \_\_\_\_\_

---- O Membro José Alberto leu a moção: \_\_\_\_\_

----*“Faleceu no passado dia 26 de Outubro, aos 89 anos de idade, Luís Filipe Lobo Miranda Malheiro Távora, presidente da Câmara Municipal de Tavira entre 7 de Abril de 1971 e 5 de Junho de 1974. \_\_\_\_\_*

----*Profissionalmente, Luís Távora foi engenheiro agrónomo na Estação Agrária de Tavira e na Direcção Regional de Agricultura do Algarve. Foi o último Presidente do regime do Estado Novo, tendo cessado funções após a dissolução da Câmara Municipal na sequência da Revolução do 25 de Abril de 1974. Foi com tristeza que muitos tavirenses receberam a notícia da sua morte. \_\_\_\_\_*

----*Oportunamente, por proposta do Presidente da Câmara Municipal de Tavira, o executivo camarário aprovou por unanimidade, uma moção de pesar. \_\_\_\_\_*

----*Pela relevância das funções exercidas, a Assembleia Municipal de Tavira delibera \_\_\_\_\_*



*manifestar sentido pesar pelo seu falecimento e apresentar aos familiares as mais sentidas condolências.*” \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia perguntou se algum dos presentes se pretendia pronunciar sobre a moção de pesar apresentada e, não se verificando, colocou a mesma à votação. \_

----A moção de pesar foi aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_

----Acrescentou que antes de entrar na Ordem do Dia, pedia aos membros que representavam a Assembleia nas várias Comissões que se pronunciassem sobre o que se tinha passado. Iniciando pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens que tinha ocorrido no dia 24 de Setembro passado, deu a palavra ao Membro Rui Horta. \_\_\_\_\_

----O Membro Rui Horta começou por dizer que tendo estado presente na reunião de Setembro, iria apenas fazer três ou quatro considerações sobre o assunto pois não sabia que teria que falar sobre o mesmo, não se tendo, por isso, preparado e a memória já não ia buscar tudo o que se havia passado em 24 de Setembro. \_\_\_\_\_

----Tinha tido bastante prazer em participar na reunião pois interessava-se pelo tema, tendo alguma simpatia pelo mesmo, o que pensava ser transversal a todos e, embora na sua opinião, a reunião tivesse sido sobretudo sobre aspectos técnicos, até porque os pontos da ordem de trabalhos para tal remetiam, tinham sido apresentados novos membros, um técnico, efectuada a análise do encontro anual das diversas Comissões de Protecção espalhadas pelo País, a análise do balanço semestral e um assunto relacionado com a presença dos membros. \_\_\_\_\_

----Acrescentou, que a mesma, se tinha focado, sobretudo, na apresentação de todos os membros que faziam parte da Comissão que, como já havia dito, tinha sido com muito gosto que tinha ficado a conhecer as pessoas que lá estiveram, podendo-se dizer que a sociedade taviense estava toda representada. \_\_\_\_\_

----Continuou dizendo, que não lhe sendo a memória muito fiável, tinha sido efectuada a análise do balanço semestral do volume processual onde se tinha verificado um decréscimo no número de novos processos, o que significava que eventualmente existiriam menos problemas estando a Comissão a trabalhar nesse aspecto, sendo certo que alguns também tinham deixado de constituir processos porque para alguns casos de crianças com problemas tinham sido dadas resposta por via das Autoridades locais ou até mesmo nacionais. \_\_\_\_\_

----Resumindo, disse que a reunião se tinha focado essencialmente sobre aspectos técnicos não se tendo particularizado qualquer caso ou falado de actividades previstas. Basicamente, tinha sido efectuada um ponto de ordem face a uma série de alterações que tinham ocorrido ao nível quer dos membros quer da organização, pelo que, tinha sido dada

a informação de como iria trabalhar. Acrescentou que, enquanto Membro da Assembleia Municipal e cidadão se tinha colocado à disposição da Comissão para o que fosse necessário pois além da sua actividade profissional, como já tinha dito, teria todo o gosto em participar e colaborar nalguma acção que a Comissão entendesse que a sua ajuda, quer técnica, de carácter profissional, quer enquanto cidadão era útil. \_\_\_\_\_

----Concluiu que o restante da reunião tinha consistido na apresentação de quadros e mapas sobre elementos puramente técnicos. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia informou que se tinha realizado no passado dia 02 de Novembro outra reunião, desta feita da Comissão de Toponímia, onde tinha estado presente o Membro José Alberto a quem passou a palavra. \_\_\_\_\_

----O Membro José Alberto disse que no dia 02 de Novembro se tinha realizado em Tavira a reunião da Comissão de Toponímia que tinha sido muito gratificante e onde tinham deliberado, segundo a ordem de trabalhos, atribuir, de acordo com uma sugestão apresentada, nomes a determinadas ruas. \_\_\_\_\_

----Uma das ruas que tinha sido deliberada nessa altura, pois revelava um pedido de um condomínio privado, o Golden Club, onde um cidadão tinha sugerido que tal fosse efectuado pois tinha necessidade do nome da rua até para efeitos de entrega de correspondência. Tinha, ainda, ficado deliberado que a atribuição dos nomes seria efectuada em próxima reunião após o recebimento de sugestão por parte da administração do Golden Club sobre os nomes para os seus próprios arruamentos, para que a Câmara pudesse proceder à melhoria da qualidade e bem estar das pessoas que tinham solicitado esse aditamento. \_\_\_\_\_

----Outra questão constante da ordem de trabalhos dizia, também, respeito à Freguesia de Cabanas tratando-se da alteração do nome de um beco para rua. Tinha deixado de se chamar Beco das Areias passando a um novo topónimo dado já existir uma Rua das Areias a montante. Assim, a Comissão, após um excelente e acalorado debate sobre o tema, tinha deliberado, não havendo propostas dos cabanenses, atribuir um nome relacionado com a Ria Formosa, tendo-se optado por o nome de uma planta muito rara, inclusive no Mundo inteiro, cujo nome científico era difícil de pronunciar, pelo que, iria ser traduzido para português. A referida planta, nasce e morre no próprio dia, pelo que, tratando-se de uma planta única iria valorizar o entendimento da população nesse acervo histórico e patrimonial. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia informou que ia por à discussão a acta número seis, da última reunião, realizada em 06 de Setembro. \_\_\_\_\_

----Colocada à votação, a mesma foi aprovada por maioria com vinte e quatro votos a favor

e quatro abstenções. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia passou a palavra ao Membro Filipe Lopes que a tinha solicitado. \_\_\_\_\_

----O Membro Filipe Lopes, disse: *“Eu gostaria antes de começar a falar de dirigir uma palavra à mesa no sentido de ver se seria possível marcar as próximas reuniões da Assembleia Municipal à sexta-feira como acontece noutros Concelhos. Isto toca-me muito a mim, mas acredito que toca a outros tavirenses que podiam estar presentes, com se vê a assistência é muito pouca. Isto é bom, a assistência ser pouca, muitas vezes, para o Executivo, mas isto é com todos, não estou a dizer que isto seja assim só com este, nem que seja bom com este.* \_\_\_\_\_

----Depois, dirigindo-me ao Executivo, no outro dia passou um ano que este Executivo tomou posse e eu acho que é altura de fazer um balanço do mandato, do que é que está a **correr bem e o que está a correr mal** e, eu vou falar assim um bocadinho por alto, que não tenho grande apetência, grande conhecimento de algumas matérias, mas isto é como um leigo e quem tem que saber as respostas, ou quem deverá saber as respostas é o Executivo e, portanto, estou aqui a fazer, um bocadinho, o papel de desconhecimento. \_\_\_\_

----Começo por dar os parabéns pela estrada de Santa Luzia que já está em curso. Eu trouxe agora este assunto e não na anterior Assembleia porque agora é que a obra está em curso e é uma coisa que independente de quem é que começou ou deixou de começar, o que interessa é que é útil para os tavirenses e para os santaluzienses em especial e acho que é necessário dar os parabéns não só ao Executivo mas a todos os que lutaram pela estrada, ao Senhor Presidente da Junta e assim a todos os que acham que a obra é útil. \_\_\_\_\_

----Depois, vou aqui pegar um bocadinho nas bandeiras que o Partido Socialista utilizou para chegar à Câmara para fazer algumas perguntas básicas. \_\_\_\_\_

----Começando pela água, eu creio, posso estar enganado, o Senhor Presidente da Câmara deu uma entrevista onde dizia que a água iria baixar para o ano e eu pergunto, como é que é possível diminuir as receitas de uma empresa deficitária. \_\_\_\_\_

----O segundo é sobre os parquímetros dentro da cidade, em que ponto da situação é que está essa questão. \_\_\_\_\_

----Terceiro, refeições escolares, se isso já está resolvido e quando é que começa a estar resolvida essa questão que é essencial e tão trágica para os nossos jovens. \_\_\_\_\_

----Quarto, relativamente ao Porto de Pesca, eu creio que estava previsto começar em Outubro, também estamos em Novembro, claro que não é por ai que o gato vai às filhoses, mas em que ponto da situação é que está esse assunto. \_\_\_\_\_

---Por último, na reunião de vinte e três de Fevereiro, foi a primeira em que eu participei, em que soube da situação do Conselho Municipal da Juventude, passado quase um ano dessa data e um ano do Executivo nunca houve uma reunião do Conselho Municipal da Juventude e eu pergunto para quando. Obrigado.” \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente da Câmara a fim de responder às questões levantadas. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara, disse: “Quero agradecer a intervenção. Sem mais considerações, vou tentar ser rápido e vou tentar começar pelo fim. \_\_\_\_\_

---O Conselho Municipal da Juventude, não sabe fica a saber, porque parece que não sabe, a legislação mudou, como é jovem devia saber, a legislação mudou e, antes de fazer intervenção a gente deve perguntar as coisas, como é que elas estão a andar porque perdeu, nesta matéria do Conselho Municipal da Juventude, uma bela oportunidade para estar calado, porque foi o seguinte: Na próxima reunião de quarta-feira à Sessão de Câmara vai o regulamento do Conselho Municipal de Juventude feito de acordo com as novas regras que têm o parecer desfavorável da Associação Nacional de Municípios Portugueses, porque o parecer diz que as matérias que estão a dar para a decisão de boicote ou de contra, por parte das Associações de Juventude, desvirtuam a discricionariedade e autonomia do poder autárquico, mas mesmo assim, como nós queremos que os nossos jovens dêem opinião, nós decidimos integrar, contra as recomendações da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que é dirigida pelo Doutor Fernando Ruas do Partido Social Democrático, decidimos que em Tavira ia haver um Conselho Municipal de Juventude com um regulamento nos termos desta lei contra as orientações da Associação Nacional de Municípios Portugueses para que os nossos jovens possam ter opinião. \_\_\_\_\_

---Na próxima quarta-feira vai o regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Tavira que há-de passar para esta Assembleia na Sessão de Dezembro, para que, nós possamos por em consulta pública para aditamentos e para termos um regulamento como deve de ser, um regulamento que dá, de facto, intervenção aos jovens desta terra, por isso começo logo pela parte que o Filipe perdeu uma boa oportunidade porque deveria saber, pelo menos, o que é que estava agendado para a próxima Sessão de Câmara. \_\_\_\_\_

---Porto de Pesca. Outra questão que também foi ao lado, como o Filipe sabe, nós, no orçamento passado, tínhamos oitocentos mil euros para o Porto de Pesca, nunca teve tanto dinheiro o PIDDAC para o Porto de Pesca. Dá-se esta crise e o Senhor Ministro das Finanças resolveu fazer uma coisa, congelou os dinheiros do PIDDAC. Se me perguntar se eu estou contra, é claro, sou absolutamente contra porque o IPTM andou um ano a fazer

*projectos daqueles difíceis de fazer, o certo é que ficámos nas covas. Mas agora, neste novo PIDDAC, felizmente, eu disse isso numa entrevista que dei, saiu agora no Domingo, no Diário de Notícias, penso que foi de Domingo, saiu uma notícia onde eu já tinha dado estas declarações há algum tempo e, eles aproveitaram agora o facto de ter sido aprovado na generalidade o Orçamento do Estado, porque nós ainda temos que esperar pela especialidade, por isso, eu falo o menos possível sobre esta matéria para que se o Orçamento do Estado fosse aprovado, pelo menos, nós tínhamos um milhão de euros na dotação e na rubrica que dá perfeitamente para o IPTM poder lançar o concurso. Nós só queremos chegar à fase de lançamento de concurso e já agora, queremos no caso de haver ou não haver eleições legislativas, depois cada um assume as suas responsabilidades, o que nós queremos é o concurso internacional a andar, porque se o concurso internacional estiver a andar, seguramente teremos o Porto de Pesca. \_\_\_\_\_*

*----Se me perguntarem hoje, se eu acho que vamos ter o Porto de Pesca, acho que sim, acho que os dez milhões de investimento para Tavira, virão, mas eu também já estou à espera do Porto de Pesca há vinte anos, e nos vinte anos sou simpático, que englobam oito anos de gestão socialista anteriores a mim e doze anos de gestão social democrata anterior a mim. Até agora falaram muito e não fizeram nada, por isso, eu estou cá há um ano, vamos ver o que é que acontece, mas o Filipe seguramente era um jovem ainda, quando isto se começou a falar, eu estava a dar os primeiros passos nesta actividade política, ouvi sempre falar no Porto de Pesca, mas penso que estamos muito próximo de conseguirmos esse desidrato que foi posto lá num programa eleitoral que tinha capa azul, mas se as coisas correrem bem e o orçamento está aprovado, verá a luz do dia e isso é muito, muito importante para Tavira. \_\_\_\_\_*

*----Comida escolar. Uma surpresa na intervenção que acabámos de ouvir, que eu pensava que o Filipe era um acérrimo defensor da comida que os miúdos comem este ano, por isso nem devia fazer a questão, porque diz que os miúdos comem aquela comida trágica, porque eu sempre ouvi aqui que aquela comida, sempre ouvi da vossa bancada, que aquela comida era a melhor do mundo. O Filipe, agora, cataloga como trágica, pois acho que a tragédia vai acabar para o ano, porquê? Porque nós estamos a agarrar num contrato que vale uns milhares de euros que não o podemos denunciar assim sem mais nem menos porque não queremos pagar indemnizações mas estamos, neste momento, a trabalhar num sucedâneo daquela comida de plástico, informação para o Deputado Municipal Filipe, para o ano acabará e esse ponto, pelo menos a comida que neste momento é servida nas escolas. Será confeccionada quente, normal, normalizada, vamos ver como, em que termos, com um empresa. Como sabe, também abriu um concurso para quatros*

*cozinheiros para as nossas escolas, para estarmos preparados, estamos a preparar este processo, por isso, Filipe, um bocadinho mais de paciência que pode ser, dando-nos um crédito a este executivo sobre esta matéria, nós estamos determinados para isto, mas concerteza, a coisa vai andar.* \_\_\_\_\_

*---Parquímetros. Ora aí está uma coisa que o Filipe fala e muito bem. Outra novidade, outra oportunidade, falou e devia estar calado, uma bela oportunidade também, porque foi decidido e eu sempre critiquei aqui os parquímetros. Sou favorável à zona um e zona dois, votei sempre a favor, depois houve uma determinada altura que a malta precisava de dinheiro aqui e começou a alargar o perímetro e chegaram a um ponto, olha o Filipe até devia ter falado agora com o Presidente da Junta que está aí ao lado, como está todos os dias no terreno, sabe perfeitamente, no ponto onde eu estava em desacordo profundo, deixou-se de pagar ai há dias, porque na Rua Almirante Cândido dos Reis, nas três ruas, Almirante Cândido dos Reis, Poeta Emiliano da Costa e Comandante Henrique de Brito, na primeira travessa que dá ali mais ou menos pelo Austrália, Dom Manuel, etc., em direcção à Igreja do Livramento, já não se paga, redução efectiva de tarificação do estacionamento. Bela oportunidade que perdeste para estar calado.* \_\_\_\_\_

*----Baixa de Água, TaviraVerde. É verdade, mas isso, eu vou-te dizer porque é que isto acontece. Vou-te explicar uma coisa, vou perder aqui um bocadinho de tempo para aprenderes uma coisa, que é o seguinte. A Taviraverde tem um problema económico de investimentos que foram feitos e depois a malta pagava toda, que eram os consumidores e houve uma determinada altura que se fez um investimento de uns milhões de euros que foi levar a água para os Estorninhos, mas fizeram mal as contas porque a água chegou aos Estorninhos, gastou-se uns milhares de euros, para não dizer milhões, e tem dois contadores ligados. Geralmente quando se faz um investimento costuma-se antes fazer um plano estratégico, um plano de custos, um plano de amortização do capital, aquelas coisinhas simples. Ali calcularam mal quantos contadores é que iria ligar, só ligaram dois e agora começaram a cair as amortizações, bem, é claro que isto é a distribuir por todos, mas entretanto saiu uma nota da ERSAR que nos obrigam este ano, ou para o ano que vem, a fazer um conjunto de alterações ao tarifário que tem a ver com os tarifários sociais e estamos a trabalhar nisso. O que eu disse aos senhores jornalistas sobre a matéria, não é o que eles puseram lá, é aquilo que eu efectivamente disse, o que eu disse é que era a partir de Janeiro, estavam a trabalhar num cenário para alterar o tarifário onde havia, de facto, baixa no tarifário nas componentes sociais como manda a entidade reguladora da água, que diz que nos tarifários de gente com mais de sessenta e cinco anos, deficientes e famílias numerosas, não pagam tarifas fixas, diz, isto é, nós temos que nos adaptar, bem,*

*Vila Real de Santo António subiu o preço da água, aumento médio de sessenta por cento, como toda a gente sabe, por isso vamos ver o que é que vai acontecer, o quadro ainda não está fechado, não foi nada validado ainda no Conselho de Administração da TaviraVerde, há cenários em cima da mesa, mas a gente gosta de saber fazer contas. A empresa precisa todos os anos de cerca de oito milhões de euros, que se vão buscar ao pessoal que consome água em Tavira e, em função deste negócio é que está a ser feito. \_\_\_\_\_*

*----Por isso, a gente pode falar muita coisa, pode dizer muita coisa, falar as coisas de cor, a única coisa que não pode falar é, chegar aqui e mandar umas ideias e depois compromete a bancada toda, que isso é que é mau, porque é chato, porque são coisas concretas onde essa bancada, não quero dizer as pessoas individuais, a linha política que estava tem fortíssimas responsabilidades que eu tenho tido algum decoro em não dizer porque as coisas fazem-se para construir e não para destruir, mas são evidências. Estas coisas levarão tempo, seguramente se as contas derem no vermelho na TaviraVerde aquilo que está dito no jornal não acontecerá este ano, porquê, porque é o último ano onde nós. Obriga-nos a entidade reguladora, é o último ano onde nós podemos mexer no tarifário, se não mexermos para o ano que vem, já não mexemos neste mandato. Então, nós queremos fazer umas coisas, tentar penalizar em função das tarifas variáveis, aqueles que consomem mais, isto é, quem consome mais nas variáveis, porque as tarifas fixas, no modelo que estamos a fazer, baixam todas três por cento e eu tinha um compromisso de baixar as tarifas fixas, baixam para todos os modelos, três por cento, e depois há variáveis que baixam, variáveis que se mantêm e no terceiro e quarto escalão, variáveis que aumentam, isto é, penalizando, paga mais quem é consumidor pagador em excesso. Por isso, vamos ver o que vai acontecer. Eu agradeço muito a intervenção do Filipe, foi uma intervenção simpática mas foi um bocado ao lado. Porquê? Porque ainda não é tempo para fazer esse tipo de intervenção e na minha opinião, fazer já o deve e haver nestas matérias, principalmente em pontos onde quem esteve cá tem enorme responsabilidade em como a coisa está.” \_\_\_\_\_*

*----O Membro Filipe Lopes, disse: “Eu comecei logo por dizer que eu não era obrigado a saber as coisas, agora o Senhor Presidente é que é obrigado a responder às pessoas e nós, aqui, somos livres para fazer as perguntas que quisermos. Eu bem sei que preferia que eu estivesse calado, e que o Partido Social-Democrata, que a oposição estivesse toda calada. \_\_\_\_\_*

*----Agora, eu só vou tocar aqui no Conselho Municipal da Juventude, eu perguntei em Fevereiro e aquilo já estava a ser feito, já estava em andamento, o regulamento, por isso é que perguntei em que ponto estava, eu não exigi nada, eu não perguntei nada, até dei os*

*parabéns pela obra, nomeadamente, Santa Luzia. O Senhor tem todo o direito em dizer o que quiser e falar como quiser, eu pedia-lhe era que não voltasse a ser ordinário.”* \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara, respondeu: “ *Eu gostava que ficasse registado perante a Assembleia Municipal que o Membro Filipe da bancada do PSD ofendeu o Presidente da Câmara e ofendeu na sua honra e consideração e, que fique registado que o Presidente da Câmara leva estas coisas a peito e uma ofensa que foi uma ofensa pública em acto público gostava que tivesse a repreensão desta Assembleia porque o tratamento que o Filipe, ao tratar como ordinário a figura do Executivo Municipal na pessoa do seu Presidente da Câmara não se coaduna com a prática desta Assembleia. Tenho dito.*” \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia disse que ele próprio, na qualidade de Presidente, lamentava a palavra proferida pelo seu Membro porque achava que tinha sido muito infeliz, pelo que, iriam providenciar para que tivesse mais cuidado com aquilo que dizia. \_\_\_\_\_

----O Membro Filipe Lopes, disse: “*Pedia que a intervenção do Senhor Presidente também constasse completa em acta para se saber o que diz.*” \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia informou o Membro que não era necessário requerer porque ela constaria. \_\_\_\_\_

----O Membro Filipe Lopes insistiu que teria que constar com as palavras como haviam sido ditas. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia informou que a Sessão estava a ser gravada e que, portanto, a intervenção constaria tal e qual como havia sido dita pois não existia lápis azul.

----O membro Filipe Lopes ainda retorquiu acrescentando que o lápis era rosa. \_\_\_\_\_

----Continuando, o Presidente da Assembleia informou que iriam entrar no primeiro ponto da ordem de trabalhos que era a apreciação da informação do Senhor Presidente. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara disse que achava que estavam todos numa linha correcta e que por vezes era preferível ficar calado do que dizer asneiras. \_\_\_\_\_

----Para iniciar a informação referiu que as actividades e eventos realizados estavam compreendidos entre o período de seis de Setembro e a presente Assembleia. \_\_\_\_\_

----No primeiro slide mostrou a festa do desporto indicando que no presente ano tinham resolvido efectuar esta festa que tinha consistido na entrega de medalhas e distinções aos desportistas de Tavira. Tinha decidido realizar este evento de forma pública, pelo que, o local escolhido tinha sido a Praça da República. Acrescentou ainda, que esta iniciativa seria, seguramente, para repetir, com um modelo muito idêntico apenas com a antecipação da data. Concluiu dizendo que, no presente ano tinham tentado esse modelo que tinha sido bastante agradável e onde tinham estado presentes todos os atletas distinguidos, bem como, Executivo e Presidentes de Junta. \_\_\_\_\_



---Seguidamente apresentou um evento, sobre o qual a Câmara já tinha assumido compromisso com a Confraria e que era um evento que já tinha sido efectuado várias vezes em diferentes terras do Algarve, faltando Tavira. Assim, tinham trazido cerca de quinhentas pessoas, quinhentos participantes nas confrarias e que tinham dado alguma cor ao cortejo realizado a um Sábado de manhã com todos muito bem trajados, muito bonito e onde, sobretudo, se tinha pretendido demonstrar que a gastronomia era um ponto estratégico para os tavirenses sendo, por isso, importante que essas pessoas tenham estado em Tavira. Reforçou que tinham sido quinhentas pessoas e que o evento tinha corrido muitíssimo bem, que o dia tinha estado muito agradável e que alguns dos participantes, nomeadamente os italianos e belgas tinham ficado praticamente uma semana em Tavira. Acrescentou ainda, que tinham efectuado a entronização do General Vasco Soares Vieira, do Dr. Pinto Balsemão, da Dra. Ana Paula e da Vereadora Elsa Cordeiro. \_\_\_\_\_

---O quarto slide referia-se a um colóquio, um encontro internacional sobre Álvaro de Campos, nascido em Tavira e ficcional. Informou que tendo o Executivo achado que era importantíssimo que Tavira aproveitasse, como estratégia, esta personalidade, que sendo o alter-ego de Fernando Pessoa tinha nascido em Tavira. Assim, tinham tentado dar força à Casa Álvaro de Campos a quem tinham decidido atribuir uma sede cujo contrato fora assinado nesse mesmo dia e cujas chaves já se encontravam entregues conforme decidido em Sessão de Câmara. A sede da Casa Álvaro de Campos estava localizada onde eram os serviços do CIAC, ao lado da TaviraVerde, tendo o contrato de comodato já sido entregue, seguido de encontro no Hotel da Porta Nova que contou com a presença de cerca de noventa pessoas entendidas em Álvaro de Campos, como professores universitários vindos de Lisboa e onde se tinha gerado um ambiente muito agradável. \_\_\_\_\_

---Relativamente ao seguinte indicou a campanha, vinte e quatro horas pelo combate à pobreza e à exclusão social onde foram recolhidos cerca de dois mil e quatrocentos quilos de alimentos que foram entregues às Vicentinas para serem distribuídos em cabazes pelas famílias de Tavira. \_\_\_\_\_

---Referindo-se ao slide seguinte, o Presidente falou do espaço dedicado ao Centenário da República que era a porta ou cenário principal da exposição que estava naquele momento a decorrer no Palácio da Galeria. \_\_\_\_\_

---Mostrou um colóquio sobre Micro-geração que tinha ocorrido no dia do Ambiente na Biblioteca Álvaro de Campos. \_\_\_\_\_

---No sétimo slide constava a Feira de São Francisco. \_\_\_\_\_

---Respeitante à abertura do ano lectivo, informou que tinham reunido toda a comunidade,

escola, professores, que foram cerca de duzentos, no Hotel Vila Galé, a fim de inaugurarem ou acolherem os professores e em simultâneo assinarem com os Directores dos Agrupamentos, Professores Rui e Duarte, um conjunto de protocolos relacionados com as AEC's, pessoal não docente, apoios educativos e autocarros, pelo que também tinha estado presente, o Presidente da Assembleia Municipal, aí na qualidade de Director da Escola Secundária. \_\_\_\_\_

----Para continuar a apresentação, o Presidente da Câmara referiu-se à vinda do Secretário de Estado das Pescas e da Agricultura a fim de formalizar o contrato dos treze apoios de pesca para os pescadores de Tavira que não tinham ainda e cujo concurso estava a ser preparado para ser lançado com a maior brevidade. No actual momento já tinham a contratualização e tinham que lançar o concurso para os abrigos que eram financiados a setenta e cinco por cento. \_\_\_\_\_

----Mostrou ainda, slide com concerto de música pela Orquestra do Algarve aproveitando para informar que a Câmara Municipal tinha um celebrado protocolo no valor de quarenta e oito mil euros e que, presentemente, tinha sido efectuado um acordo com os músicos, dada a existência de um diferendo, passando a Câmara, como fundadora da Orquestra do Algarve, a pagar cinquenta e dois mil euros. Esta resolução tinha tido em vista sanar o diferendo com os músicos e manter a Orquestra viva. \_\_\_\_\_

----No slide seguinte, estavam patentes os passeios promovidos sobre a vinha e o vinho. O vinho em Tavira estava relacionado com uma exposição realizada pela Câmara. \_\_\_\_\_

----Passando ao tema das obras, o Presidente da Câmara informou que estavam a ver a estrada da Casa Queimada-Eirões onde a pavimentação vinha do Executivo anterior. Essa estrada já tinha sido inaugurada numa visita que tinham efectuado, tratando-se, por isso, de uma obra feita onde apenas faltavam as guardas metálicas que tinham dado origem ao lançamento de procedimento suplementar, no valor de cerca de vinte e seis mil euros, e que presentemente já se encontravam colocadas estando a estrada completamente terminada. \_\_\_\_\_

----No slide seguinte estava patente a obra da Marginal de Santa Luzia. A pavimentação da parte nascente da Marginal já se encontrava terminada, estando, ainda, em construção a obra da estrada de Santa Luzia. \_\_\_\_\_

----Referindo-se a outra estrada em construção que, no entanto, tinha menor visibilidade que a estrada de Santa Luzia, falou na ligação entre Alcaria Fria e Alcaria do Cume que se tinha iniciado antes da estrada de Santa Luzia e que estaria pronta para o mês de Maio próximo. Tratava-se de uma obra de cerca de oitocentos mil euros mas iria efectuar a ligação entre as Freguesias de Cachopo e Santa Catarina com ligação à Via do Infante, o

que encurtaria bastante o percurso. Porém, existia um problema grave em Bemparece, pelo que estavam a efectuar o estudo de estabilidade a fim de verificar se o barranco suportava a estrada ou qual o tipo de intervenção que teriam que fazer tanto ali como em Vale Murta onde também faltava um bocado da estrada e, onde não tinham efectuado qualquer intervenção sem verificar como estava. Toda esta situação estava a atrasar bastante o processo devido aos procedimentos. Acrescentou que também faltava um determinado ponto na Picota que seria resolvido quando dispusessem do resultado do relatório e nas Cortes de Peso, devido às intempéries, que provocaram demora estando presentemente a verificar a estabilidade dos taludes para depois ser efectuada a intervenção adequada. \_\_\_\_\_

---Para terminar, mostrou fotografias da estrada de Santa Luzia que presentemente se encontrava mais avançada em relação à fotografia apresentada. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia indagou se algum dos presentes pretendia intervir no âmbito do ponto número um. \_\_\_\_\_

---O Membro José Manuel do Carmo disse que, naturalmente, era neste ponto que se podiam levantar algumas dúvidas, algumas questões ou comentários sobre a actividade da Câmara visto o Presidente ter acabado de apresentar as obras e, portanto, esse talvez fosse o momento para questionar, perguntar, saber mais coisas. Disse que gostaria de fazer algumas perguntas, porém, não podia deixar de aproveitar, tendo até em conta a sua idade já quase proecta para sanar algumas coisas que lhe pareciam importantes. \_\_\_\_\_

---Não lhe parecia que as perguntas tivessem sido muito más, nem muito tolas e que até não tivessem sido pertinentes do ponto de vista de quem perguntava como as que o Membro da Assembleia tinha feito. Eram sempre, naturalmente, resultado da necessidade de ser informado ou de saber. Porém, pensava que seria aquele o momento, mas que não era isso que era importante. O modo como havia terminado é que, sinceramente, lhe parecia que não valia a pena chegar-se a esse ponto e que não valia a pena usar palavras muito fortes pois não adiantava, não era apenas uma questão de educação, não acrescentando nada politicamente. Queria ainda, aproveitar para, achando que deviam sanar a questão por ali pois talvez não valesse a pena dado estar convencido que o Membro não tinha querido ir tão longe e que o Senhor Presidente também tinha dito que as perguntas eram todas impertinentes e o que tinha sido perguntado não tinha sentido, tendo ficado até algo zangado. Depois, tinha tentado jogar, usar uma carta mais forte. Achava que deviam ficar por ali e que o Senhor Presidente deveria, certamente, desculpar pois pensava que ele não tinha, seguramente, querido dizer ordinário, nem alguma palavra desse tipo. \_\_\_\_\_

---O Membro José Manuel do Carmo acrescentou que gostava de aproveitar para comentar o que o Senhor Presidente tinha dito anteriormente sobre o Porto de Pesca e que apelava às bancadas ali presentes para nas propostas que apresentavam aos seus partidos pedirem que nas suas propostas para o PIDDAC, em sede de Assembleia da República, reforçassem aquilo que era um interesse dos tavirenses e que, estando, aparentemente, todos de acordo nessa matéria, tal como ele próprio, no início do corrente ano, tinha questionado o Executivo e a bancada do Partido Socialista sobre essa questão, pensando que a culpa não era nunca, obviamente, da Câmara visto que não era quem disponibilizava as verbas para algo deste género, no entanto, pedia a todas as bancadas, tal como o Bloco de Esquerda iria fazer, já tinha feito ou estava naquele momento a fazer e que, seguramente, o Partido Socialista iria também fazer, que todas as bancadas colocassem essa questão relativamente a Tavira como sendo uma proposta da região para o PIDDAC. Acrescentou, que tinham a possibilidade de o fazer pois os partidos, naturalmente, recolhiam as suas propostas, era assim que as coisas funcionavam e, portanto sugeria que, não se tratando de uma moção mas sim um pedido a todas as cores políticas que incluíssem esse milhão de euros, ou melhor, os oito ou dez milhões de euros que efectivamente a obra iria custar para que a mesma pudesse ser efectivamente realizada. Enfatizou que, se a obra não estivesse incluída em PIDDAC não poderia ser realizada e, como existia uma grande polémica e o Partido Social Democrata era quem dizia o que o Governo deveria colocar no Orçamento do Estado, sugeria ao PSD que fizesse esse esforço no sentido de que esta fosse uma questão de unanimidade na região dado ser do interesse dos tavirenses, não existindo uma questão partidária de polémica ou de diferença de opinião. \_\_\_\_\_

---Disse, que gostava ainda de acrescentar, que pedia desculpa, também, ao Membro Filipe Lopes, dado o que apelidou de falta de memória, pois algumas questões que tinha levantado eram questões cujas culpas se tinham que ser imputadas a alguém, seria ao PSD, pois tal como o Porto de Pesca não tinha evoluído durante os últimos doze anos por falta de empenhamento do Presidente da Câmara, não por questões monetárias pois não era o responsável pela elaboração do PIDDAC. \_\_\_\_\_

---Quanto à trágica comida tinha sido introduzida pelo Presidente da Câmara anterior, do PSD, e defendida por toda a bancada. Aqueles que até tinham questionado eram uma espécie de maldizentes de tudo o que era modernidade e que queriam apenas deitar a baixo, eram todos reaccionários. O antigo Presidente da Câmara e a bancada do PSD tinham defendido esta posição como um sinal de modernidade, as coisas faziam-se assim, isso da cantina e da cozinheira a fazer comida era algo que já não se usava, agora era

catering, o catering é que era moderno. \_\_\_\_\_

----Continuou, dizendo que relativamente aos parquímetros, tanto quanto sabia, tinham constituído um mecanismo de financiamento que a Câmara Municipal tinha introduzido essa novidade na cidade, o que era bastante discutível pois tinha pontos positivos mas tinha sido introduzido, efectivamente pelo PSD. \_\_\_\_\_

----Quanto à água, a lógica de investimento levava a que actualmente a TaviraVerde tivesse, estivesse, numa posição de défice e de rotura financeira que só não se verifica porque os consumidores continuavam a pagar pois, caso contrário, verificar-se-ia uma rotura financeira provocada por investimentos inadvertidos e não planeados efectuados sob os auspícios da anterior Câmara Municipal de Tavira com a conivência, ou melhor, a aceitação e voto favorável da bancada do PSD. Assim, ou o Membro estaria mal informado ou estava numa bancada errada, o que considerava mais provável. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente da Câmara. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara, disse: *“Só um minutinho Senhor Presidente, que eu pedi ali um dicionário português-português. \_\_\_\_\_*

*----Ordinário, entre outras coisas foi o sentido que o Filipe disse, quer dizer, de baixa condição, grosseiro, mal-educado, de qualidade inferior, reles, foi isso que o Filipe disse ao Presidente da Câmara, que ele era de baixa condição, inferior, reles, que era grosseiro, que era essas coisas todas, isto é, completamente ofensivo, completamente fora de linha e que não relevo, não relevo porque não é de relevar e o Filipe quando disse ordinário disse com todas as letras e, quando se diz com todas as letras dentro do contexto político onde ele pergunta e foi ouvido nas suas perguntas e onde eu respondi da forma que entendo que respondo dentro do nível de urbanidade política, que aqui trata-se de política nas respostas, sem me jogar directamente a ele, mas dizer que ele estava mal informado e que de facto, deu um tiro no pé, às vezes é melhor estar calado do que entender e entrar por coisas que têm respostas mesmo ao lado, isto é, tratar ou dizer que é ordinário, reles, vulgar, ao Presidente da Câmara que lhe respondeu a um conjunto de perguntas que ele próprio colocou, não relevo e, não relevo e, as coisas ficam e que fique registado que considere profundamente ofensivo na minha honra e na dignidade. Por isso, a questão é essa, mas também não tem mais assunto, isto é, fica com quem é, é o fulgor da juventude mas, meu amigo, a partir dos dezasseis anos somos responsáveis criminalmente e a partir dos dezoito somos civilmente responsáveis por tudo aquilo que dizemos e na nossa boca mandamos nós, cada um manda na sua e, aqui foi à vista de todos, que foi uma ofensa da pessoa do Filipe e, obviamente, ficará com o que disse, noutros contextos as coisas seriam tratadas de forma diferente.” \_\_\_\_\_*

---Relativamente ao Porto de Pesca, o Presidente da Câmara disse que subscrevia a posição do Membro José Manuel do Carmo que tinha achado muito sensata porque tendo sido uma luta de muitos e verificando-se presentemente uma posição na especialidade que seria de manter, pois era na discussão da especialidade onde se discutiam ou podiam discutir os projectos, pensava que no Algarve, este projecto tinha vingado porque tinha resistido a uma série de intempéries sobre a matéria, mas obviamente, tinham havido esforços positivos de cada qual, ou seja, uma obra de Tavira que não era uma obra deste ou daquele, pois o que realmente interessava não era quem o fazia mas a posição estratégica. O Porto de Pesca de Tavira iria trazer para Tavira e para o seu futuro, nomeadamente, no sector da actividade primária e no sector que podia vir atrás deste, um rearrumar da actividade. Não existiam quase pescadores e os existentes não tinham condições para trabalhar, por isso, o Porto de Pesca era essencial e iria permitir arrumar toda a zona baixa da cidade que ficaria para os vindouros. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara acrescentou que actualmente era o Presidente, porém, deixaria de o ser quando os eleitores assim o decidissem ou quando ele próprio entendesse que não queria ser mais, contudo, se ele saísse entraria outro e, isso é que era importante, pelo que o fundamental era não perder esta oportunidade que estavam perto de conseguir e ter uma obra que era por demais importante e que para ela entrar outras tinham tido que sair. Para a obra do Porto de Pesca ter um milhão de euros e como sabiam, nos mapas do PIDDAC Concelhio, Tavira era a segunda cidade que tinha mais PIDDAC Concelhio atrás de Lagos e, isso é que era importante para alguma visão que pudessem ter de como é que tinham sido tratados neste PIDDAC que era muito espartano e muito difícil. Referiu, ainda, que constituía uma oportunidade e era estratégico para Tavira e que, por isso, era muito importante que todos remassem para o mesmo lado, deixando-se de coisas como o protagonismo de cada qual, para que dessa forma conseguissem lançar o concurso, que seguramente, e disso não tinha dúvidas, o dinheiro apareceria para terminar a obra. \_\_\_\_\_

---O Membro Brandão Pires solicitou a palavra para dizer que apenas queria prestar alguns esclarecimentos relativos ao Porto de Pesca para que ficasse tudo esclarecido na medida em que tinha informação privilegiada sobre o projecto e que podia partilha-la com a Assembleia. \_\_\_\_\_

---Referiu que queria dar os parabéns ao Membro José Manuel do Carmo porque, do seu ponto de vista, tinha efectuado a melhor intervenção de todas as que havia efectuado na Assembleia Municipal, tendo-o achado muito assertivo, muito coerente e que a última parte

da sua intervenção tinha sido a melhor coisa que tinha ouvido. \_\_\_\_\_

----Relativamente ao Porto de Pesca, como tinha dito o Presidente da Câmara, o actual PIDDAC tinha sido terrível pois haviam muitos projectos tendo havido cortes drásticos do que era investimento. Existiam projectos que estavam em fila para avançarem tendo citado, como exemplo, o caso da Fuzeta e outros igualmente importantes, mas tinham conseguido manter o de Tavira e queriam tentar lançar o concurso ainda no corrente ano, o que julgava ser possível, porque um esclarecimento da Direcção Geral de Orçamento permitia que se lançasse o concurso no corrente ano desde que o Orçamento para o próximo ano estivesse aprovado e contemplasse o Porto de Tavira no PIDDAC. \_\_\_\_\_

----Informou ainda, que o Porto de Tavira tinha sido aprovado, com um milhão de euros e, como tinha dito o Presidente, com mais nove milhões nos anos subsequentes, no Orçamento na generalidade, o que significava que ao ser lançado este ano, o concurso que duraria quatro, cinco ou seis meses por se tratar de um concurso internacional, estava convencido que em Março, Abril ou Maio estariam em condições de adjudicar a obra que iria ser adjudicada pelo valor total, tratando-se, portanto, de uma obra com o custo total de dez milhões de euros para a qual existia enquadramento. \_\_\_\_\_

----Acrescentou, que a partir da adjudicação não existiria mais segurança dentro da que a actual conjuntura permitia mas, pelo menos, existiria um contrato firmado com uma empresa ou consórcio de empresas para realizar o Porto de Pesca de Tavira, pelo que, julgava que não haveriam surpresas por muito mau que estivesse o País do ponto de vista da disponibilidade de verbas para investimento. \_\_\_\_\_

----Concluiu dizendo que acreditava que a obra fosse avante e que em sede de discussão de especialidade não iriam existir surpresas, até porque, tendo falado com Miguel Freitas e Luís Gomes sobre a questão, o que tinha sido aprovado na generalidade, e enquanto o orçamento do ano passado tinha sido muito discutido na especialidade não se prevendo que acontecesse com o actual e, por isso, estava convencido que iriam ter que encontrar solução para os quatrocentos milhões de euros, que não seriam, certamente, na despesa de investimento mas que relativamente às outras questões e sendo o prazo mais curto para a discussão na especialidade, pensava que no final da corrente ou próxima semana o PIDDAC estivesse encerrado no Orçamento. Desse ponto de vista, informou que, isso deixava-os descansados e que poderiam colocar o concurso na plataforma para decorrerem os prazos legais, a adjudicação e conseqüentemente a obra. \_\_\_\_\_

----O Membro Filipe Lopes solicitando a palavra, disse: *“ É só para dizer que quem não se sente não é filho de boa gente e eu fiquei muito ofendido com as sua palavras. De qualquer das formas se o ofendi, peço desculpa e sigamos em frente.”* \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia passou ao segundo ponto da ordem de trabalho que consistia na apreciação e votação da proposta da CM/181/2010 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem. Indagou se algum dos presentes se pretendia pronunciar, ouvir alguma explicação e passou a palavra ao Presidente da Câmara. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara disse que era uma questão que se relacionava com o facto de todos os anos terem que fixar a taxa de direitos de passagem cuja taxa máxima era de 0,25, igual aos anos anteriores, pelo que, não constituía qualquer novidade. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia perguntou se não existiam dúvidas e passou a palavra ao Membro José Manuel que a havia solicitado. \_\_\_\_\_

----O Membro José Manuel do Carmo disse que queria intervir essencialmente para formular uma pergunta, que tanto quanto se havia apercebido a taxa de passagem era um rendimento da Autarquia em função de um determinado direito, com o qual concordava, mas que tanto quanto julgava saber, e era essa a questão que colocava ao Presidente da Câmara, essa taxa de passagem acabava por se reflectir na factura de cada um dos consumidores, ou seja, ao contrário do que era suposto, ao que ele supunha e sendo este era um rendimento da Autarquia devido aos lucros e ao benefício que as empresas obtinham com a passagem da informação pelo Concelho, essa passagem era revertida para os consumidores. \_\_\_\_\_

----Acrescentou que era favorável a que esta fosse maior mas, a partir do momento em que a mesma revertia sobre os consumidores, essa taxa de passagem não era um rendimento da Autarquia e sim um prejuízo dos consumidores. Assim, á empresa tanto lhe fazia que houvesse, ou não, taxa de passagem pois os seus lucros seriam os mesmos, não pagando nenhum direito, sendo os consumidores a pagarem o direito da empresa ganhar dinheiro. Achava extremamente injusto, uma coisa que evidentemente não tinha a ver com o Presidente da Câmara mas era uma questão absolutamente injusta e que este tipo de direitos que são colocados, considerando que havia uma mais valia da empresa e pagando com isso uma taxa, um direito, uma renda, que por último eram os consumidores a pagar era algo absolutamente lamentável e por isso deixava ali o seu desabafo, o seu protesto, sabendo, naturalmente, que o Presidente da Câmara a esse respeito, nada poderia fazer.

----O Presidente da Câmara disse que gostava de dar uma justificação sobre o que pensava dessa matéria. Para os que acreditavam na lei da oferta e da procura do mercado, sabiam perfeitamente que o que o Membro José Manuel tinha dito não era linear. Como exemplo que todos conheciam, referiu que o Governo actual tinha achado que todos deveriam ser desportistas, frequentar ginásios e, para tal, tinha baixado a taxa do IVA de



21 para 6%, ou seja, teoricamente devia de haver um desagravamento na factura final ao cliente, porém os ginásios tinham continuado a praticar o mesmo preço porque o mercado era muito rígido. \_\_\_\_\_

----A taxa de direito de passagem era uma taxa que onerava as operadoras, ou seja, independentemente daquilo que fosse colocado na factura sobre direitos de passagem o que contava era o trânsito e quanto é que custava a minuta. A facturação das operadoras, caso cobrassem 0,15 ao cliente, era precisamente igual, sendo certo, que eles davam menos porque o mercado era extremamente concorrencial e iam buscar o valor das taxas a qualquer lado. Assim, o esquema de se colocar uma menor taxa de direito de passagem e depois a factura ser inferior nessa matéria, seguramente, tinha muitas hipóteses de falhar. Então, como se tratava de um encargo sobre as operadoras, obviamente, que estas iriam reflectir no preço, que era também influenciado por outras coisas que não apenas os 0,25 pontos percentuais do direito de passagem sendo muito mais do que o valor da minuta e sendo praticamente irrelevante em termos de facturação para os consumidores. Relativamente às operadoras que tinham redes montadas e que exploravam um negócio fabuloso e milionário no Concelho, tinham que estar permanentemente actualizados para que tivessem sempre essa tarifa mais baixa, já que eles estando constantemente a mudar os seus tarifários e continuando o cliente mais distraído a pagar o tarifário mais antigo que já não se usava, ganhavam milhões de euros nessas folgas, pelo que, o contributo deles era de 0,25 ou devia de ser de 0,25 a debitar dos seus lucros e entregar ao Município. \_\_\_\_

----Para concluir disse que este pequeno contributo do exemplo dos ginásios mostrava que não se reflectia no preço, antes pelo contrário, tanto mais que o Governo tinha novamente aumentado o IVA e o preço tinha-se mantido igual. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia indagou se mais alguém se queria pronunciar sobre este ponto e não se verificando colocou a proposta a votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_

----Passando ao ponto terceiro e último da ordem de trabalhos, referente à proposta da CM/190/2010 – Empreitada de Construção do Centro da Horta do Carmo – 2º Relatório Final, pediu ao Presidente da Câmara que efectuasse uma introdução sobre o assunto. \_\_\_\_

----O Presidente informou que não dispunha ali da documentação mas que passava a efectuar uma breve explicação. O que estava em causa era uma repartição de encargos. Quando tinham chegado à Câmara o processo já estava fechado, já estava pronto e actualmente o próximo passo era ser enviado ao Tribunal de Contas. Para tal, tinha que ter a repartição de encargos aprovada tendo a mesma já sido aprovada em Sessão de Câmara. \_\_\_\_\_

---Achando importante reportar-se um pouco ao passado, quando tinham iniciado funções na Câmara, há um ano atrás, esta escola era para custar três milhões e setecentos mil euros acrescidos de IVA e havia uma possibilidade na lei de efectuar o procedimento por ajuste directo até ao dia 31 de Dezembro, pelo qual o Executivo anterior se tinha decidido. Tinham havido cinco empresas a concorrer e o preço não tinha baixado porque as empresas tinham sido convidadas. \_\_\_\_\_

---O actual Executivo tinha revogado essa decisão da Câmara anterior, considerando sem efeito essa decisão, revogando-a expressamente e tinham resolvido lançar um concurso público internacional. A escola já podia estar em construção, porém, o objectivo era que estivesse pronta em Setembro de 2012, para esse ano lectivo, pelo que, pensava que esse objectivo era possível porque o prazo de construção da escola era de dezasseis a dezoito meses. O lançamento do concurso público internacional que tinha tido a vicissitude de conter uma reclamação, tinha possibilitado que dos três milhões e setecentos mil euros acrescidos de IVA, a adjudicação da escola fosse efectuada por dois milhões e quatrocentos e cinquenta mil euros acrescidos de IVA, representando uma poupança de um milhão e duzentos mil euros, só pela revogação de uma decisão que tinha apenas um acréscimo de sete ou oito meses correspondentes ao tempo que o processo tinha demorado, mas cujos custos e benefícios para o Município eram claros, pelo que a achava totalmente justificável. \_\_\_\_\_

---A actual Assembleia tinha muito a ver com a questão porque, entretanto, as reclamações já tinham sido tratadas, não havendo mais nada a tratar a nível processual, tendo apenas o processo que ser remetido com a maior brevidade ao Tribunal de Contas que iria levar cerca de um mês, para que deste modo fosse possível que em Fevereiro a obra estivesse no terreno devidamente consignada. Actualmente com a plataforma electrónica tornava-se muito mais difícil dado ser tudo por computador, e não havendo possibilidade de atalhar prazos que tinham que decorrer todos até ao fim. \_\_\_\_\_

---O que estava em decisão era a repartição de encargos para o corrente ano, para o próximo e 2012, altura de finalização da obra, pois a repartição de encargos aprovada era fundamental para o envio do processo ao Tribunal de Contas. Acrescentou, que esperavam que a obra da Escola do Carmo, que iria ter dez salas de aula, pudesse ser inaugurada em Setembro de 2012. \_\_\_\_\_

---Concluiu dizendo, que era esse o objectivo político e que esperava que não houvesse derrapagens, estando a situação má no sector da construção, as empresas tinham cada vez menos obras, e por isso começavam a baixar bastante os preços, pelo que, esperavam que tudo corresse bem e tendo como base o exemplo do Centro / Lar de Santa Maria, que

estava a ser construído na Pegada e que só era para estar pronto no final do corrente ano, pensando-se que tal seria antecipado para Abril ou Maio, significando que estava a decorrer muito mais rapidamente por a empresa ter poucas obras, o que esperavam também pudesse acontecer com a escola. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia verificando que ninguém se pretendia pronunciar, colocou à votação tendo a presente proposta sido aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_

---Efectuou a leitura das minutas que colocou à votação tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade. \_\_\_\_\_

--- Para dar cumprimento ao Regulamento indagou se algum dos presentes no público pretendia efectuar alguma intervenção, o que não se verificou. \_\_\_\_\_

--- Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a Sessão pelas vinte e duas horas e quarenta minutos, da qual, se lavrou a presente acta que depois de lida e aprovada vai ser assinada. \_\_\_\_\_

A MESA DA ASSEMBLEIA,

---

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

